



EDUCOMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS: Perspectivas integrativas para a práxis

Eixo 02 - Educação e Comunicação: fundamentos e teorias

Cláudia Hertes de Moraes¹
Kawê da Silva Veronezi²

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade das Relações Públicas e da Educomunicação, duas áreas de intervenção social. O objetivo é pensar sobre de que forma profissionais comunicólogos podem contribuir com os processos educativos da sociedade em espaços de educação não-formal. Para isso, utilizam-se conceitos de Educomunicação e de Relações Públicas com foco em suas características e funções para, ao final, traçar paralelos e contribuições para a articulação das áreas em várias dimensões, tanto quando voltadas aos processos educativos quanto aos comunicacionais.

Palavras-Chave: Relações Públicas; Educomunicação; Comunicação. Educação.

ABSTRACT

The article proposes a reflection on the interdisciplinarity of Public Relations and Educommunication, two areas of social intervention. The goal is to think about how professional communicologists can contribute to society's educational processes in non-formal education spaces. To this end, concepts of Educommunication and Public Relations are used with a focus on their characteristics and functions to, at the end, draw parallels and contributions to the articulation of areas in various dimensions, both when they are related to educational and communicational processes.

Keywords: Public relations; Educommunication; Communication. Education.

¹ Doutora em Comunicação e Informação. Jornalista. Professora adjunta (UFSM).

CV: <http://lattes.cnpq.br/2586087509529910>

² Estudantes de Relações Públicas (UFSM). CV: <http://lattes.cnpq.br/0326062290743260>



1 Introdução

As Relações Públicas³, como a Educomunicação, é considerada uma área de intervenção social e, por integrar as Ciências Sociais Aplicadas, suas atividades necessitam estar alinhadas à responsabilidade das áreas em relação ao conhecimento científico e técnico para a solução de problemas práticos da nossa realidade. Relações-públicas e educadores são cada vez mais procurados para projetos e programas, visto que suas contribuições oportunizam um processo participativo e dialógico para as organizações.

A partir disso, propomos refletir sobre as potencialidades de uma integração da educomunicação e das relações públicas, com a intenção de investigar aspectos da função pedagógica dos profissionais relações-públicas. Desta forma, pretende-se pensar a perspectiva de popularizar a atuação de relações-públicas em projetos e organizações educativas, possibilitando caminhos possíveis de contribuições da atividade para os processos de ensino-aprendizagem por meio da coordenação da comunicação.

O termo Comunicação provoca diversos possíveis sentidos. Assim como o termo Educação. São áreas abrangentes, em grande maioria compõem atividades interligadas. Para pensar sobre a relação entre Comunicação e Educação destacamos a dimensão humana que deve estar presente em ambas. Na Comunicação, Peruzzolo (2005) propõe pensarmos que “nos comunicamos em algo” sendo que “[...] na comunicação como procura da resposta para os desejos e necessidades próprios, o valor da relação cresce, definindo melhor o sujeito e dando consistência e peso à comunicação nos processos de subjetivação [...]” (p.9). Na Educação, Freire (1983) é inspirador, pois sua pedagogia compreende o processo de interação entre os sujeitos e seus objetos de aprendizagem, porém todos e todas com capacidades de reinventar o que é aprendido, pois “[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, [...] aquele que é capaz de aplicar o aprendido-aprendido a situações existentes concretas”. (FREIRE, 1983, p. 27).

Neste trabalho, fazemos uma reflexão sobre a interface da Educação e da Comunicação, com um recorte a partir das atividades vinculadas à área de Relações Públicas de modo amplo.

³ Percebe-se a alternância das grafias. Relações Públicas (RRPP) diz respeito à área; relações públicas (RP) à atividade e relações-públicas (rp) aos profissionais.



O objetivo é contribuir para a discussão sobre o papel pedagógico das RRPP, reforçando a importância dos pressupostos da Educomunicação, como um campo capaz de gerar discussões mais complexas, transversais e transformadoras.

Para isso, trazemos a educomunicação em seus marcos conceituais, destacando-se suas principais áreas de intervenção, mais especialmente focando no seu caráter integrativo da práxis⁴, em que muitas dimensões estão enraizadas nos processos. Após, reunimos um diálogo teórico que conceitualiza as Relações Públicas e embasa nossas percepções sobre a possibilidade de aprofundar a percepção do caráter pedagógico das RP.

2 Educomunicação

A educomunicação é entendida pela Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) como:

um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao conseqüente exercício prático do direito universal à expressão. (ABPEducom, s/d).

A definição realizada pelo Núcleo Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), reconhecida por consolidar o debate da área no Brasil, diz que a mesma “tem como meta construir a cidadania, a partir do pressuposto básico do exercício do direito de todos à expressão e à comunicação”. (NCE/USP, s/d). Soares (2011, p.44) salienta que se refere a um “[...] conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos”.

Segundo Tassara (2008), a educomunicação pode ser pensada como um processo em que se sobressaem as características da intencionalidade educacional, democratização de gestão e produção de comunicação em variados formatos. Também pontuamos que a educomunicação

⁴ O conceito de práxis pode ser compreendido como uma atividade social conscientemente dirigida a um objetivo. Este objetivo, por sua vez, assume certas características, como por exemplo transformações do meio natural em que vive o homem, a criação de distintas formas e instituições da vida humana que leva à transformação das condições sociais. (NORONHA, Olinda Maria. Práxis e Educação. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n.20, p. 86 - 93, dez. 2005 - ISSN: 1676-2584)



questiona os métodos tradicionais da educação buscando incluir, para articular e aproximar diversos agentes sociais e o contexto escolar, direcionando ainda o olhar para as diferentes tecnologias e interações. (SOARES, 2014).

Para que a educomunicação cumpra seu dever de democratizar, ela, antes de tudo, deve ser descentralizada e aberta. As escolas da periferias, de bairros sem saneamento básico e segurança pública, espaços onde há dominação política-ideológica, devem ser os principais lugares para o seu desenvolvimento, para que a modificação das estruturas culturais aconteça de forma inclusiva.

A educomunicação, hoje, apresenta oito áreas de intervenção (BRASIL, 2008; CONSANI, 2008; SOARES, 2011; SEC/RS, 2015):

1) Educação para a comunicação: esforços sistemáticos de educadores para a leitura crítica das mensagens editadas e veiculadas pelas tecnologias sociais e de mídia, concretizando aqui o letramento midiático, para a leitura e visão crítica dos meios comunicacionais;

2) Expressão comunicativa: viável a partir dos usos das tecnologias sociais, de mídia e das artes, tem como principal foco a conscientização de que todos possuem o direito de se expressar, com respeito às diversidades culturais, raciais e gênero;

3) Mediação tecnológica em espaços educativos: identificação de oportunidades e instrumentos viáveis de utilização para democratização no acesso às tecnologias com a implementação de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs);

4) Pedagogia da comunicação: perpassa o espaço escolar como um todo, através de projetos, explorações e usos das tecnologias sociais e de mídia;

5) Comunicação educativa: envolve a produção variada de mídias voltadas aos temas educativos, como também está presente nas produções comunitárias e dos meios de comunicação da indústria cultural;

6) Gestão da comunicação em espaços educativos: sistematização da abordagem entre atividades humanas e recursos comunicativos planejando e implementando, de forma organizada e coordenada, ações envolvendo as tecnologias no ensino;

7) Reflexão epistemológica: pesquisa, avaliação e reflexão sistemática sobre a inter-relação dos campos da comunicação e da educação;

8) Educomunicação Socioambiental: intervenções de vários formatos em que o objetivo principal seja a sensibilização para a conscientização ambiental.



Ao olhar para essas grandes áreas da educomunicação podemos salientar três pontos: a) é um campo abrangente, que dá conta de diferentes objetivos e problemáticas, que ao mesmo tempo propõe caminhos de desenvolvimento social e ambiental como proposta de inclusão social e cultural; 2) o fazer educacional perpassa as dificuldades da educação e da comunicação, isto pois dialoga com as demandas e necessidades das duas áreas. Neste sentido, a precarização da educação e elitização da comunicação são duas barreiras que desafiam a pensar novas lógicas; 3) o avanço do campo possibilita novas estratégias de mobilização social, incluindo perspectivas para ação, metodologias inovadoras, combate à saturação informativa contemporânea e caminhos inovadores para a educação e a comunicação.

Em Freire (1983), há a reflexão de que “[...] o homem, como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma com seu trabalho; e que o resultado desta transformação, que se separa do homem, constitui seu mundo”, sendo que “a intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico [...]”, (FREIRE, 1983, p.65). Com isso, o autor traz a ação comunicativa entre sujeitos em torno de um objeto de aprendizagem à centralidade da educação. Para nosso objetivo, é interessante acrescentarmos que, ao referir às categorias da Educação, o destaque se dá em torno da educação não-formal que:

[...] designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social. (GOHN, 2006)

A partir desta definição, a autora considera que fora da educação formal (aquela realizada no âmbito escolar), os atores sociais são diversos e as formas de interação também. Sendo assim, ao pensar sobre quem é o educador em cada campo, a resposta é “o agente do processo de construção do saber”. Na educação formal são os professores. Porém, na educação não-formal, “[...] o grande educador é o *outro*, aquele com quem interagimos ou nos integramos”. (GOHN, 2006).



Com essa noção dos atores e da aprendizagem pela interação com o outro, podemos pensar o papel pedagógico das Relações Públicas como ambientada na educação não-formal, no campo da Pedagogia Social que, segundo Gohn (2006), diz respeito àquela que atua nos coletivos preocupada com a construção de saberes coletivos, capacitando [...] os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. [...] Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo”. (GOHN, 2006).

Voltando aos conceitos de Comunicação, entendemos que há um ponto fulcral entre todas as principais definições, qual seja, a sua constituição enquanto uma atividade em comum, com vistas a modificar determinada situação. (SCHWAAB, 2018). Com esta perspectiva, o campo interseccional e interdisciplinar da Educação e da Comunicação caracteriza-se pela dimensão da relação dialógica e participativa (MARQUES, 2019). Portanto, podemos salientar que a alteridade é uma questão que acompanha tanto a reflexão da Educação quanto da Comunicação.

Ao tratarmos de Educomunicação, este universo do diálogo é ainda mais pontuado. Recorremos mais uma vez a Freire, pois o diálogo “[...] pertence à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual.” Assim sendo que, por meio do diálogo, e “[...] refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade.” (SOHR; FREIRE, 1986, p.14).

A seguir, refletimos como os conceitos de RRPP são organizados e de que forma podemos pensar, a partir da Comunicação, a sua interação pedagógica.

3 Relações Públicas

Conceitualizar as Relações Públicas, seja como área científica ou mercado profissional, é uma tarefa complexa pela amplitude em que seus efeitos inerentes acontecem por fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. As funções de relações públicas qualificam os profissionais na atuação em diferentes áreas, com diversas metodologias e variados modos de se direcionar as relações, interações e informações entre a organização e os públicos. Sua construção histórica garantiu que a disputa sobre o que é as Relações Públicas e como elas agem fosse restrita por um bom tempo a uma elite hegemônica.



Neste trabalho propomos um *locus* para compreender as atividades, enquadrando-as na função pedagógica das relações públicas. Para isso, um recorte das teorias de RRPP para respaldo das considerações é proposto. Apresentamos Simões (1995) com as funções de relações-públicas, Grunig (2009) com as características essenciais de reflexão para as relações públicas e Perruzo (2004) com as premissas das Relações Públicas, delimitando aprofundamento na ação educativa.

Segundo Simões, cabe aos profissionais relações-públicas seis funções para o planejamento estratégico, processo que guia suas atividades e métodos, sendo elas: pesquisar, diagnosticar, prognosticar, assessorar, implementar e avaliar.

Em síntese, pesquisar é o processo de conhecer a organização, os públicos, ou seja, por meio de instrumentos de pesquisa identificar os canais de comunicação do sistema organizacional e as redes de relacionamentos, verificar a existência de públicos estratégicos, relacionar os públicos de interesses e conhecer suas expectativas e opiniões a respeito da organização ou idéia. Diagnosticar é a interpretação e transformação dos dados das pesquisas em informações que servirão para conhecer, compreender e refletir sobre o ambiente no qual a organização está inserida, que por meio de instrumentos podem oferecer informações que facilitem processos de decisões. Prognosticar é a formulação de hipóteses com base no diagnóstico sobre o que pode ocorrer se alguma ou nenhuma ação for realizada para evitar ou solucionar impasses inerentes, que por meio de instrumentos podem dar suporte a emergências e crises. Assessorar é o acompanhamento das políticas, culturas, narrativas e normas administrativas que devem ser implantadas e monitoradas para que não afetem negativamente os interesses dos públicos, sempre garantindo informações às lideranças e aos públicos envolvidos. Implementar programas planejados de comunicação é o momento em que a atividade de relações públicas tem a sua ação mais explicitada e de conhecimento geral, sendo parte do processo do planejamento com objetivo de aproximar as partes e justificar as ações organizacionais; Avaliar e controlar é compreender o impacto das ações organizacionais e dos projetos de comunicação, permitindo verificar se o relacionamento está adequado ou se é preciso rever o plano de Relações Públicas ou as políticas organizacionais.



Essas funções marcam as Relações Públicas de forma diferencial das demais áreas e campos da comunicação pois é a única que possui a “função gerencial que auxilia a organização a interagir com públicos de interesses em seu ambiente” (GRUNIG, 2009, p.36).

Grunig (2009), ao propor a Teoria Geral da Excelência em Relações Públicas, apresenta três características essenciais para reflexão dos profissionais: programas individuais de comunicação; ativismo e contexto ambiental para a excelência e o contexto organizacional de relações públicas excelentes. Olhemos atentamente a ambas.

A) Programas individuais de comunicação: a coordenação dos fluxos de informações para o desenvolvimento de programas comunicativos para interação com seus públicos estratégicos, de modo que as interações com os públicos de interesses não seja meramente rotineira, mas sim estruturada. Cada programa necessita de adequações para cada público específico, assim, projetam cativar relacionamentos com seus públicos de interesses de acordo com suas linguagens próprias e por meio dos canais em que utilizam.

B) Ativismo e contexto ambiental para a excelência: a opinião dos públicos, em especial dos ativistas das causas que interferem diretamente na existência da organização, deve estar presente no processo decisório da organização. Os interesses da organização não podem ser colocados acima dos interesses públicos e comunitários, para isso, se faz necessário a participação de ativistas e grupos com diferentes posicionamentos.

C) O contexto organizacional de relações públicas excelentes: para que haja uma coordenação de informações eficiente para delimitar a compreensão dos públicos, a cultura organizacional deve ser participativa; um sistema simétrico de comunicação interna com estruturas orgânicas, programas de equidade, diversidade, respeito e de desenvolvimento não-violento.

Nessas três características, constrói-se um ideal de que relações-públicas tem total liberdade nos processos de decisões e conseguem consolidar a) canais individuais, de comunicação direta com os stakeholders, ao mesmo tempo que b) abre diálogo com ativistas de causas que a atuação da organização interfere, de modo a incluir de forma deliberativa nos espaços decisórios; e em que c) administra as estruturas políticas e pedagógicas da cultura organizacional e garante assessoria nos processos de equidade e desenvolvimento sustentável; no tempo ainda em que d) monitora e assiste os relacionamentos dos públicos com os meios de comunicação da organização.



Apresentadas as funções e características essenciais para o processo de relações públicas, vejamos a Ação Educativa das relações públicas, premissa fundamental para a compreensão do *locus* proposto. Peruzzo (2004, p.37) propõe como princípios das Relações Públicas o que Coqueiro (1972) trata como característica: Lealdade, Bilateralidade, Onipresença, Ação Preventiva e Ação Educativa⁵.

Esses princípios direcionam a aplicação técnica das funções e características. As informações divulgadas por relações-públicas devem condizer com a verdade e serem leais aos interesses, demandas e impactos de todos os agentes da organização; de modo que sejam produzidas por todos os públicos envolvidos. A atuação das relações-públicas geram impactos em todos os setores e etapas de projetos e organizações, e por isso é essencial que o profissional esteja atento em todos seus fluxos comunicativos. Deste modo, o monitoramento de possíveis crises torna-se mais ativo e participativo, de forma que as prevenções de prognósticos sejam compreendidas por todos no processo. Por fim, as informações compartilhadas devem não apenas ter seu aspecto da publicidade e propaganda, como também de inclusão da opinião pública nos processos de decisão da organização e como canal de instrução pedagógica para com os públicos e a comunidade a qual pertence sobre sua responsabilidade e função social.

Em Peruzzo (2004, p. 38) a importância de refletir sobre o papel pedagógico da área desperta no dizer de que “[...] a educação sistemática dos públicos por meio de informações bem trabalhadas acaba por colocá-los do lado da instituição, que é o objetivo de Relações Públicas [...]”, pois a “ação educativa [...] permeia todo esforço das Relações Públicas”. (PERUZZO, 2004, p. 40). A educação dos públicos, seja na condução de um comportamento de consumo, no aprendizado dos processos comunicativos ou na sociabilização da cultura organizacional, faz-se por meio de informações, essas que são transmitidas e recebidas por meios de comunicação. Ao posicionar a organização em debates importantes para os impactos de sua atuação local, regional, nacional e internacional, sua atuação pedagógica e política é naturalmente exposta. Quanto mais consciência do papel pedagógico e político do processo, mais direcionadas as decisões se encaminham, e os públicos precisam ser informados.

⁵ Interessante a aproximação teórica da autora com C. Teobaldo de S. Andrade ao pensar nas Relações Públicas Governamentais. Tais princípios tornam-se essenciais para efetividade, eficiência e eficácia da atuação de relações-públicas em projetos e organizações.



Por conta disso, de acordo com Garret (apud CANFIELD, 1970, v. 1., p. 5-6), as “Relações Públicas são uma atitude fundamental da mente, uma filosofia de administração que, deliberadamente e com esclarecido egoísmo, dá preferência aos interesses do público, em qualquer decisão que envolva a atividade da empresa.” (apud PERUZZO, 2004, p. 41).

Entender as funções, características e premissas que guiam as atividades de relações-públicas é parte da compreensão. Vejamos o conceito mais aceito internacionalmente, aprovado por 33 países na Assembleia Mundial. Define que:

[...]o exercício de Relações Públicas requer ação planejada com apoio na pesquisa, na comunicação sistemática e na participação programada a fim de elevar o nível de entendimento, solidariedade e colaboração entre uma entidade e os grupos sociais a ela vinculados. **Portanto, cabem às Relações Públicas promoverem o desenvolvimento recíproco entre as entidades e as comunidades às quais elas pertencem.** (Primera Asamblea Mundial de Asociaciones de Relaciones Públicas, 1978, grifos nossos)

Esta definição direciona as funções, características e suas premissas num objetivo comum enquanto área: promover o desenvolvimento recíproco entre as entidades e as comunidades às quais elas pertencem. Ou seja, o exercício das relações públicas deve desenvolver o relacionamento dos afetados pelo projeto e organização em um processo participativo e de interesse público, com a intenção de construir uma melhor compreensão da comunidade sobre a missão da organização ou projeto e mobilizar os públicos para construírem juntos a visão organizacional.

As RRPP acompanham a sociedade nos debates políticos, sociais, ambientais, econômicos, culturais e midiáticos de forma que suas atividades, práticas e funções tenham que se (re)configurar na medida em que há mudanças nas esferas públicas e privadas, no espaço urbano e no digital, nas políticas nacionais e exteriores e nas regras do jogo da disputa de(o) poder(es). Isso pois é esperado aos profissionais analisar informações e oferecer soluções estratégicas, por meio da comunicação, dando assistência pedagógica de suas atualizações e debates importantes para seu desenvolvimento comunicacional, social, administrativo e sustentável.

Silva (2017) apresenta uma proposta que contempla, não só a conceitualização das Relações Públicas, como também o percurso teórico recortado para o artigo. Segundo o autor, os esforços de reflexão sobre a atividade



[...] podem ser centrados tanto em uma prática específica, observando como ela integra fluxos comunicacionais e/ou os tensiona e reorienta, como também em um conjunto específico de práticas que assume a forma de uma campanha ou de uma política comunicativa adotada por certa organização, analisando-as a partir de um recorte temporal amplo e explorando como elas são formadas em um contexto social específico e se chocam com outros fluxos na reconfiguração de significados e nas disputas de poder. (SILVA, 2017, p. 71).

As Relações Públicas só acontecem uma vez que há informações que precisam ser mediadas entre grupos de sujeitos para cumprir objetivos que tendem entre o privado e o público. Seria a atividade de relações-públicas conduzir as informações de forma a delimitar as produções de sentido para os mais variados públicos, que são compostos por sujeitos atingidos por subjetividades. Tanto a Comunicação, a Política, a Educação quanto os conflitos não acontecem sem sujeitos.

4 Contribuições para a práxis

Assim como a educomunicação se insere em espaços formais e não-formais, as relações públicas também podem atuar de forma ampla, em variados processos, para que se cumpram objetivos de aprendizagem. A aprendizagem, no caso de RRPP, poderia ser considerada como o problema ou questão a ser resolvida por qualquer grupo, especialmente nas instituições que possuem variadas possibilidades de caminhos para seu desenvolvimento. Neste sentido, a pedagogia social (GOHN 2006) traz a compreensão para as RRPP enquanto possibilidade de interação, ou seja, uma forma de comunicação entre os públicos, os quais necessitam compreender os objetivos coletivos num processo de aprendizagem social.

O trabalho articulado de educadores, relações-públicas, jornalistas, produtores e demais profissionais da comunicação para o desenvolvimento da cidadania contribui diretamente com uma sociedade mais justa. Entre alguns exemplos, podemos citar programas em parcerias público-privada-governamentais, com ações de incentivo à educação e erradicação da pobreza e fome local e regional, com programas de diversidade e comunicação acessível e não-violenta. Estes podem se constituir em caminhos para coordenação de atividades de comunicação-aprendizagem.

A presença da atuação de relações públicas significa a coordenação, a organização e direcionamento dos instrumentos e métodos comunicacionais no processo de comunicação. Isso com o intuito de gerir relacionamentos e conduzir as narrativas sobre as atividades da



organização e/ou projeto, auxiliando assim na assistência pedagógica da compreensão de sua existência, contribuições e informações. De modo coordenado e estratégico, administra assim a comunicação, os conflitos e a função política e ambiental da organização, com o objetivo de conduzir a opinião pública e posicionar a organização e/ou projeto frente às causas que impactam a sociedade.

Porém, a implementação desses programas depende não somente da vontade dos profissionais de comunicação. Alternativa que se apresenta neste contexto é a atuação de relações públicas nos processos decisórios (SIMÕES 1995) para que a educomunicação seja aplicada como metodologia de projetos e ações comunitárias. Em campanhas, a educomunicação pode assumir metodologia principal no desenvolvimento das estratégias de mobilização dos públicos.

O trabalho articulado de agentes educacionais e das relações públicas fortalece a compreensão dos envolvidos acerca da atividade social realizada e potencializa as transformações sociais. Conscientemente dirigida a um objetivo, se for guiado pela responsabilidade social e ambiental, assume ações de desenvolvimento da cidadania e possibilita a ampliação da participação de atores da comunidade.

Dito isso, evidencia-se que as RP podem contribuir nos processos de comunicação-aprendizagem da educação, potencializando os fluxos de comunicação entre os legitimadores, beneficiários e geradores das ações da organização ou projeto. Auxiliam, com as funções por meio do planejamento estratégico em comunicação (SIMÕES 1995), o direcionamento das ações e as etapas do processo, alinhando as políticas às ações e aprimorando a compreensão das informações compreendendo quais linguagens e canais dialogam com mais coerência com os agentes e públicos.

5 Considerações finais

As reflexões trazidas neste texto são colocadas como possibilidades e potencialidades para pensarmos a inter-relação entre duas importantes áreas da Comunicação, que são muito aplicadas no cotidiano de pessoas e organizações de modo geral. Observa-se que a função pedagógica das relações públicas assume um papel político e de decisão, no qual os profissionais escolhem utilizar ou não metodologias participativas, dialógicas e educativas no



processo de planejamento estratégico à ideia, organização, programa ou projeto na qual pertence. Essa escolha pode ser fundante de resultados com graus diferenciados em termos de engajamento e mobilização, compreensão e sentimento de pertencimento, entre outras situações que se relacionam à legitimação da visão e da missão organizacional.

Nas Relações Públicas, a função pedagógica e educativa se correlaciona com a subjetivação de sujeitos por meio de resultados de conflitos de relacionamentos. Isso de forma inerente, sem esforço proposital ou interferências intencionais dos participantes do processo. Pois, a modo de observação, as RRPP acontecem somente na interação das informações de sujeitos ou grupos de públicos, com a disputa de sentidos e de narrações acerca de um acontecimento, evento ou imagem.

Entendemos que a educomunicação e as relações públicas podem ser atividades em várias dimensões, sendo que tanto voltadas aos processos mais educativos (na educação formal e não formal), quanto em seus aspectos mais comunicativos (em meios, mídias e plataformas institucionais, comunitárias ou livres). Neste aspecto, foram fundamentais as contribuições de Freire e da educomunicação em seus aspectos da práxis e da ação comunicativa e educativa de todos os processos humanos, na construção da cultura e da história, para a compreensão da perspectiva integrativa pensada entre as áreas.

O debate aqui proposto faz parte de reflexões sobre as perspectivas de integração entre as áreas São diversos os problemas colocados às Ciências Aplicadas, seja em correlação a educação, a imersão às tecnologias, na saúde ou nas engenharias. Espera-se, com isso, que as considerações direcionem possíveis caminhos de atuação para a comunicação integrada, para projetos e organizações que se comprometem com a responsabilidade social e ambiental, para novas pesquisas e reflexões e/ou para caminhar para um mundo mais justo, solidário e participativo.

Referências



NCEUSP. Apresentação. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/aeducucomunicacao/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/txbase_educom_20.pdf>. Acesso em 10 jun. 2020.

ABPEDUCOM. Conceito. Disponível em: <<https://www.abpeducom.org.br/educom/conceito/#:~:text=A%20Educomunica%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20entendida%20pela,dos%20recursos%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20suas>>. Acesso em: 20 dez 2020.

CONSANI, M. A. **Mediação tecnológica na educação: conceito e aplicações**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** RJ: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC00000009200600100034&lng=en&nrm=abn>. Acesso: 21 Jan. 2021.

GRUNIG, J.E., FERRARI, M.A. y FRANÇA, F.. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. São Caetano do Sul, SP: Difusão editora. 2009

MARQUES, R. M. **Ousar para não perecer: educomunicação socioambiental e a ecosofia na formação com professores**. 2019. Dissertação Programa de Pós-Graduação – (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari, 2019.

PRIMEIRA ASAMBLEA MUNDIAL DE ASOCIACIONES DE RELACIONES PÚBLICAS. *1er Foro Mundial de Relaciones Públicas* 12 de Agosto de 1978» (em espanhol). Universidad Interamericana. Consultado em 22 de maio de 2017. Arquivado do original em 30 de julho de 2016.



PERUZZOLO, A. C. Dimensão Humana da Comunicação. **Revista Sociais e Humanas**, v. 18, n. 2, p. 09-20, 2005.

PERUZZO, C.M.K. Relações públicas no modo de produção capitalista. 4.ed. São Paulo: Summus, 2004.

SCHWAAB, R. Comunicação. *In Estrato de verbetes: dicionário de comunicação organizacional* / Daiane Scheid, Jones Machado Patrícia Pérsigo (orgs.) - Santa Maria: Facos - UFSM, 2018

SECRETARIA da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. **Educomunicação e TIC nas escolas para professores.** Disponível em: <<http://moodle.educacao.rs.gov.br/mod/book/view.php?id=7294&chapterid=1103>> Acesso em: 20 dez. 2020.

SHOR, I.; FREIRE, P. **Medo e Ousadia: o cotidiano do Professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SILVA, D. R. **Relações públicas, ciência e opinião** [manuscrito]: Lógicas de influência na produção de (in)certezas / Daniel Reis Silva. - 2017.

SIMÕES, R. P. **Relações Públicas: função política.** 3. ed. rev e ampl. São Paulo: Summus, 1995.

SOARES, I. O. **Educomunicação - o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, I. O. **Caminhos da educomunicação: utopias, confrontações, reconhecimentos.** In: APARICI, Roberto (Org.). Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

TASSARA, E. **Dicionário socioambiental: ideias, definições e conceitos.** São Paulo: FAART, 2008.